

Especialista em segurança patrimonial orienta sobre os perigos nos museus



Editora Roncarati entrevista Alexandre Vila Nova, gerente de projetos da ICTS Security, consultoria e gerenciamento de operações em segurança, de origem israelense

Roncarati - Quais são as principais medidas preventivas para evitar uma catástrofe como a ocorrida no Museu Nacional do Rio de Janeiro?

Alexandre Vila Nova - O Gestor de Riscos deve atuar na prevenção de forma perene. Os riscos devem ser mapeados e monitorados e as soluções implantadas devem ser testadas e revistas constantemente para garantir o seu funcionamento e aplicabilidade de acordo com as Normas e Legislações.

Para minimizar os riscos e prover uma solução mínima para proteger uma edificação ou instalação, deve ser desenvolvido o Projeto de SPCI (Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio). O Projeto deve atender às Normas e Legislações e deve ser submetido à aprovação do Corpo de Bombeiros. A importância de uma análise com foco em prevenção e combate a incêndio de uma edificação se faz necessária e inicia-se na concepção da edificação e vai até a garantia da implantação do projeto conforme foi concebido. Deve-se garantir também a sua correta operação e procedimentos devem ser desenvolvidos para minimizar os riscos de incêndio existentes em cada tipo de instalação e ocupação.

O cuidado com o sistema elétrico das edificações também é de fundamental importância, uma vez que são recorrentes as notícias de incêndios provocados por sobrecarga nos circuitos elétricos. As instalações elétricas devem satisfazer condições mínimas para segurança das pessoas e a preservação do patrimônio. Cuidados especiais devem aplicar-se aos quadros de distribuição de energia, eletrodutos e cabos elétricos, proteção contra sobrecargas e curtos-circuitos devem ser instaladas, documentação técnica das instalações para manutenção da rede elaboradas, dentre outras medidas que visam evitar as consequências de choques elétricos e queimaduras às pessoas e preservar o patrimônio prevenindo incêndios.

As soluções devem ser desenvolvidas não somente para atendimento à Norma, mas para garantir a segurança das pessoas e do patrimônio. É sabido que as Normas representam uma condição mínima de proteção, outras soluções podem ser aplicadas para elevar o nível de segurança, como por exemplo auditorias isentas e frequentes nas soluções de SPCI.

Roncarati - Como a tecnologia pode auxiliar na gestão de segurança patrimonial?

Alexandre - A tecnologia tem avançado em vários setores. Para ilustrar e exemplificar, existem tecnologias aplicadas na Segurança Patrimonial tais como softwares que analisam automaticamente as imagens (análise inteligente de vídeo) e emitem alarmes em caso de intrusões, permanência de pessoas em locais proibidos e realizam até contagem de pessoas. Essa tecnologia é utilizada em conjunto com câmeras térmicas para detecção de calor. Importante ressaltar que após a ocorrência do fogo, os danos ao patrimônio são provavelmente irreparáveis. A utilização da tecnologia de detecção com câmeras térmicas pode ajudar na detecção do calor e/ou mudanças de temperatura, atuando assim na prevenção do incêndio. Assim que essas alterações forem detectadas são acionadas imediatamente as equipes de combate antes do incêndio se iniciar, e tudo isso pode ser realizado remotamente e também automaticamente através da integração dos sistemas. Assim que detectados os focos de calor e/ou incêndio ações podem ser tomadas automaticamente, tais como ativação de sistemas de aplicação de espuma ou até mesmo o desligamento de sistemas de energia para se evitar que o incêndio aumente de proporção.

Essas medidas e a aplicação dessas tecnologias podem auxiliar na redução dos riscos e conseqüentemente na redução das apólices de seguro ou até mesmo contribuir com a “vontade” de uma seguradora em emitir uma apólice ou fazer o seguro.

Outra tecnologia atual e que avança na utilização no combate a Incêndio mais especificamente, são os drones inteligentes que executam rondas sem controle humano e podem ser utilizados para mapear focos de incêndio, inclusive podem também operar com câmeras térmicas para a detecção de calor.

Na área de Prevenção e Combate a incêndio em edificações, existem sistemas com tecnologias e arquitetura IP endereçáveis, constituída por equipamentos periféricos (detectores, acionadores e indicadores) onde cada dispositivo possui uma localização precisa na edificação e dessa forma sabe-se exatamente o local onde há um possível princípio de incêndio. Centrais de incêndio micro processadas que utilizam tecnologia digital que lhes atribuem alta velocidade de processamento, hierarquia nas comunicações e que permitem uma quantidade praticamente infinita de dispositivos periféricos no sistema possibilitam uma área de abrangência maior a ser protegida.

Roncarati - Qual a importância do gestor de risco na sua visão?

Alexandre - O gestor é responsável por analisar continuamente os riscos e manter as soluções

implantadas funcionando, bem como desenvolver e implantar soluções adicionais para mitigar novos riscos que por ventura surgirem. O Gestor é o responsável em monitorar os riscos e atuar preventivamente e quando necessário, providenciando o desenvolvimento de soluções mitigadoras, cobrando ações das autoridades e obtendo os investimentos necessários junto aos mantenedores/investidores.

Roncarati - Sabemos que dificilmente uma seguradora assumiria o risco, ou seja, não aceitaria fazer o seguro do Museu Nacional do Rio de Janeiro, tendo em vista que o risco de incêndio, desmoroamento, dentre outros, era alto. Como você analisa o papel do seguro como forma de mitigar o risco e prevenir que tais catástrofes voltem a ocorrer?

Alexandre - A recusa da Seguradora em renovar ou fazer uma determinada apólice, pode auxiliar o Gestor na cobrança ou obtenção de investimentos para a aplicação de soluções que mitiguem os riscos de incêndio. Normalmente, em Segurança Patrimonial, as Seguradoras fazem a sua análise de riscos nas instalações e solicitam uma série de providências sem as quais não é renovada ou emitida a apólice de seguros. Esse fato se agrava se o histórico de eventos for significativo, podendo até mesmo a Seguradora se recusar a fazer o Seguro da edificação enquanto não forem implantadas as medidas de prevenção.

Provavelmente, a Seguradora concordará em emitir a apólice somente quando as soluções mitigadoras dos riscos forem implantadas. Sendo assim, nesse caso, vejo que a Seguradora pode atuar também como uma fiscalizadora e que pode vir até mesmo a auxiliar os Gestores de Riscos a obterem recursos para implantação das soluções exigidas pela Seguradora como porventura outras que se fizerem necessárias.

Roncarati - Quais conselhos você daria aos gestores de museus, repartições, e outras instituições públicas cujas instalações encontram-se sem a devida manutenção e preservação?

Alexandre - Recomenda-se que seja realizada uma análise especializada para inspeções e verificações in loco nas instalações e emissão de relatório/laudo técnico. Esse especialista deve conhecer as Normas vigentes e soluções de Sistemas de Prevenção e Combate a Incêndio, para análise dos riscos envolvidos e inerentes a cada edificação. O especialista emitirá um laudo no qual as ações necessárias para adequação das instalações serão detalhadamente apontadas. Aspectos da construção, sistêmicos e operacionais devem ser profundamente analisados.

A análise deve minimamente utilizar os seguintes critérios:

- Análise do Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio válido no Corpo de Bombeiros para reconhecimento da implantação dos sistemas e equipamentos – caso não exista tal projeto, o mesmo deverá ser elaborado;

- Vistoria técnica local, objetivando a identificação das situações críticas e de inconformidades, tais como inexistência de rotas de fuga, falta de sinalização, falta de equipe ou brigada de incêndio preparada e treinada, iluminação de emergência deficiente, instalações elétricas inadequadas, etc.

- Realização de testes nos sistemas fixos (hidrantes, sprinkler, iluminação, etc.) de prevenção e combate a incêndio dos prédios e edificações – esses testes devem ser realizados frequentemente;

- Análise das criticidades e pontos identificados em relação aos riscos que apresentam;

- Recomendações de soluções técnicas para minimização dos riscos identificados.

Com essa análise criteriosa e embasada em Normas Técnicas e de acordo com a Legislação vigente, o Gestor tem meios para cobrar as autoridades e obter os investimentos necessários para adequação das instalações e prevenção de catástrofes como a do Museu Nacional.

(12.09.2018)
